ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2006

ACTA Nº 06

Aos dezassete dias do mês de Abril de dois mil e seis, pelas 21,20 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do art.º. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

2 – Prestação de Contas 2005

3 – Parque Municipal de Estacionamento de Veículos Pesados de Vale do Alecrim – Alteração do Regulamento e da Tabela de Taxas do Município

4 – Carta Educativa do Concelho de Palmela

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Pedro José Ramos da CDU
- Sra. Dra.Carla Sofia Oliveira do PS
- Sr. Dr. José Bracinha Vieira do PSD

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sra. Dra. Carla Sofia Oliveira, justificou falta à sessão de 23.02.2006, por motivos de saúde, tendo a mesma sido considerada justificada.
- Sr. Dr. José Bracinha Vieira, justificou falta à sessão de hoje, por se encontrar ausente do país, tendo a mesma sido considerada justificada.

Solicita à Assembleia a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Solicita, ainda, a aprovação das minutas das actas nº. 03 de 20.12.2005 e nº. 04 de 26.01.2006 dispensando-se a sua leitura, em virtude de terem sido previamente distribuídas.

Agradece a presença do público presente e aproveita para informar que, uma vez que se trata de sessão ordinária, haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção.

Sr. Presidente da Mesa pergunta se algum munícipe quer intervir.

Luis Manuel Barreto Leitão, dirigente sindical do SIESI e representante sindical do SIESI na Visteon, denuncia a situação de despedimento colectivo ocorrida na Visteon solicitando à Câmara e Assembleia Municipal que intervenham junto do Ministério da Economia, uma vez que esta empresa foi beneficiária de fundos em mais de noventa milhões de euros e beneficia também de várias isenções fiscais.

António Ferreira, morador na Rua Hermenegildo Capelo nº. 7 em Pinhal Novo, em seu nome pessoal e dos seus vizinhos, denuncia a situação de uma moradora que tem muitos cães em casa que perturbam muito a vizinhança. Solicita a actuação urgente dos serviços camarários uma vez que a situação é do seu conhecimento e já se arrasta há cerca de um ano.

Sra. Dra.Carla Sofia Oliveira do PS, inicia participação nos trabalhos pelas 21,35 horas.

João Marques, membro da Associação de Moradores de Venda do Alcaide, refere que a população de Venda do Alcaide é bastante participativa nas sessões do Orçamento Participativo tendo apresentado várias propostas de obras na localidade. Apesar de tudo isto, verificam não haver obras no Orçamento de 2006 para Venda do Alcaide, pelo que pergunta qual a razão de não haver verba para qualquer das obras propostas.

Sr. Presidente da Mesa, relativamente à intervenção sobre a Visteon refere que a Assembleia Municipal não tem poderes como o executivo municipal, mas poderá eventualmente ter uma palavra de apoio à luta que consideram justa. De imediato dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

Sra. Presidente da Câmara, apresenta cumprimentos. Respondendo às questões colocadas:

- ao Sr. João Marques diz que a questão é absolutamente compreensível mas o Orçamento este ano é mais curto, ficando aquém das expectativas manifestadas pela população. Pensa que existe uma obra identificada em Plano e Orçamento e haverá possibilidade de virem a ser identificadas outras, só que de momento não tem condições de falar do Plano de Actividades para os próximos anos.

- ao Sr. António Ferreira, diz que a Câmara conhece a situação tendo recebido pessoalmente a senhora, na sequência de várias diligências efectuadas quer pelos serviços quer pela GNR, que solicitou algum tempo para dar os animais. Na altura foi-lhe concedido um mês para resolver a situação, tendo na semana passada sido feita uma nova tentativa de abordagem da senhora, uma vez que os trinta dias já passaram, o que não foi bem sucedido. Neste momento a questão irá ser tratada pela via judicial, com a obtenção de um mandado judicial, porque a Câmara Municipal não pode entrar à força na casa de uma pessoa que sistematicamente não abre a porta.

- ao Sr. Luis Manuel Leitão, diz que a Câmara partilha da preocupação colocada por este dirigente sindical tendo na sua última reunião apresentado uma Moção onde se manifestava esta grande preocupação. Lamenta o facto de o próprio Município, e todos nós, sairmos lesados desta situação uma vez que, tal como já foi referido, a Visteon beneficiou na altura não só de apoios directos do Estado Português como de apoios directos do Município de Palmela, uma vez que a empresa foi isenta do pagamento de uma parte das suas contribuições por via do investimento que estava a realizar no Concelho de Palmela. A Câmara Municipal, tendo em conta os factos, entende poder e dever dirigir-se ao Governo pedindo informações sobre a situação e sobretudo pedindo que seja tido em consideração que empresas que beneficiam de incentivos fiscais devem ser fiscalizadas relativamente à sua acção.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** dá por terminado o período de intervenções dos Munícipes, iniciando-se de imediato o período de Antes da Ordem do Dia dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal que queiram intervir.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU, apresenta cumprimentos aos presentes. A bancada da CDU tendo em conta as intervenções havidas, nomeadamente a que foi feita pelo dirigente sindical da Visteon e a Sra. Presidente da Câmara, gostaria de tomar uma posição. Fazendo a análise e historial de todo este processo propõem uma Moção que gostariam fosse subscrita por toda a Assembleia Municipal.

Sr. Presidente da Mesa, propõe a admissão da Moção tendo sido admitida por unanimidade com 24 votos a favor (14 da CDU, 6 do PS, 3 do PSD e 1 do BE).

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, referindo a intervenção de Domingos Rodrigues, que foi exaustiva, diz que necessita de ter mais alguns esclarecimentos para a bancada do PS poder votar a Moção porque este problema pode ser a ponta de um iceberg. Por este facto gostaria de saber qual a posição do executivo perante a posição da Assembleia Municipal. Ou seja, no caso

de aprovação da Moção, quais serão as medidas que o executivo irá tomar porque não vale a pena aprovar uma Moção que não irá ter nenhuma consequência.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, apresenta cumprimentos aos presentes. Relativamente a esta questão diz que lhe é difícil separar as águas entre o ser elemento desta Assembleia Municipal e ser também elemento de uma Comissão de Trabalhadores e estar ligado ao mundo sindical e do trabalho. Relativamente ao texto da Moção, também expressa um pouco as reservas colocadas pelo Dr. Miranda Lemos. Ou seja precisavam de analisar melhor o texto e de mais elementos. Em relação ao comportamento da Administração, diz que é um comportamento de "canalhas" porque é um comportamento contrário à legislação portuguesa e contrário a um estado de direito em que existem regras. Uma empresa que pretende fazer reestruturação e negociar com os trabalhadores é livre de o fazer, não pode é fazê-lo mediante pressões ilegais como fez. Em relação ao despedimento colectivo parece-lhe ser ilegal e será facilmente impugnado em Tribunal, porque há diversos pressupostos que têm que ser cumpridos. Quanto à posição a tomar pela Assembleia Municipal gostaria de analisar melhor o texto pelo que solicita seja feito um intervalo para que todas as bancadas pudessem conversar e expressar a sua posição após ouvirem a Câmara Municipal.

Sr. Carlos Guinote do BE, quanto à Moção diz que não merece dúvida nenhuma a necessidade de a aprovar, porque é um protesto e deve-se protestar sempre que se possa. Pede-se à Câmara esclarecimentos, mas o fundamental desta questão são as leis que os Governos PS e do PSD têm feito que dão rédea solta para que as empresas possam fazer o que fazem.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU, em relação à intervenção do Dr. Miranda Lemos quando este diz que este problema pode ser a ponta de um iceberg, pergunta qual a dúvida que tem em aprovar esta Moção e querer conhecer mais coisas em solidariedade com estes trabalhadores que têm um processo de despedimento. Pensa que é uma questão que deve ser reflectida e há que demonstrar se somos ou não solidários com os trabalhadores. Não vêm necessidade de se fazer um intervalo para analisar o processo porque ele é claro, mas se for esse o entendimento tudo bem. O importante é que todas as bancadas demonstrem solidariedade com estes trinta e três trabalhadores que têm um processo de despedimento colectivo.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, respondendo a Carlos Guinote diz que a nossa lei também proíbe e pune o homicídio, não quer dizer que não haja homicidas. O Código da Estrada também nos impõe regras, tal como o Código de Trabalho. O que se passa, neste caso concreto, é que essas regras não foram minimamente cumpridas. Não foi nenhuma lei que o PS e o PSD tenham aprovado ou deixado de aprovar, elas foram aprovadas, não foram foi minimamente cumpridas. Em Portugal há o hábito de se alterarem as leis em vez de as fazer cumprir. Devíamos começar a fazer cumprir as leis que existem antes de se entrar em alterações legislativas por tudo e mais alguma coisa. Em relação à intervenção de Domingos Rodrigues, diz que convém que as Moções sejam previamente distribuídas para serem analisadas e votadas.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que todos os que estão presentes nesta sala acreditam em algo que é o Poder Autárquico senão não estariam aqui. Acha que uma matéria com tanta importância, já deveria ter sido partilhada anteriormente. Se queremos uma Assembleia forte que tenha tomadas de posição fortes, que oiça os trabalhadores e os defenda, temos que falar naquilo que nos une e naquilo que não nos une tanto e vamos pondo as diferenças para trás. Neste momento temos trinta e três indivíduos que estão no desemprego e nós estamos solidários com o problema. Mas isso não chega, quer conhecer o processo, quer conhecer o que a Câmara pensa sobre esta matéria. Mais do que solidariedade, foi feito um pedido de ajuda solidária da Assembleia Municipal aos trabalhadores. A sua bancada está solidária, como sempre este esteve, como sempre estará como partido de esquerda. Pediu uma pausa para reflectir, porque para dizer que está solidário não precisa de pausa. Termina dizendo que estão aqui, no âmbito das responsabilidades da Assembleia Municipal, juntamente com o executivo camarário, para encontrar soluções para a justa luta dos trabalhadores.

Sr. Presidente da Mesa, pensa que a Moção que foi lida pela bancada da CDU foi feita no decorrer dos trabalhos da Assembleia, após a intervenção do delegado sindical do SIESI, não podendo deste modo ter sido distribuída pelas bancadas. Também não percebe porque é que o Sr. Dr. Miranda Lemos precisa que a Câmara diga seja o que for. A Assembleia pode tomar a atitude que entender, independentemente daquilo que a Câmara venha a fazer. Tal como referiu no início a Assembleia não poderá tomar uma grande posição, mas poderá ser solidária. Deste modo admite que, se for feito um pequeno intervalo, talvez se consiga fazer uma Moção conjunta que exprima o sentimento da Assembleia em relação ao problema a ser enviada a várias entidades incluindo a Administração da Visteon.

Sra. Presidente da Câmara, diz que a posição da Câmara Municipal já foi tomada em reunião pública sob a forma de uma Moção.

Sr. Presidente da Mesa, informa que irá ser efectuado um pequeno intervalo.

Pelas 22,35 reiniciaram-se os trabalhos.

Sr. Presidente da Mesa, passa a ler a Moção elaborada em consenso por todas as forças políticas que ficará apensa à acta. De imediato coloca a Moção à votação tendo sido aprovada por unanimidade, e aclamação, com 24 votos a favor (14 da CDU, 6 do PS, 3 do PSD e 1 do BE).

Sr. António Cardoso do PS, apresenta cumprimentos aos presentes. Referindo-se à questão que aqui foi trazida pelo Sr. António Ferreira, diz que é uma questão de saúde pública muito preocupante e deplorável para quem ali vive. Estranha que a situação se arraste desde 14 de Fevereiro e que a Câmara venha dizer que tem levado a cabo iniciativas para resolver o assunto. Hoje, deslocou-se ao local e, a senhora abriu-lhe a porta. Os comerciantes da zona com quem falou acham que a senhora terá algum conhecimento da visita dos fiscais da Câmara. Aproveita a ocasião para perguntar ao executivo qual a situação do canil municipal. Termina

alertando para uma situação existente no logradouro da rua António Sérgio, onde os toxicodependentes se juntam e onde não há qualquer iluminação para mais de dois anos e meio.

Sr. Carlos Guinote do BE, em relação à questão dos cães diz que esteve a ler uma carta enviada antes de Fevereiro de 2005, e quer por em destaque o mau ambiente causado em cada pessoa. Por experiência própria avalia muito bem o problema e acha que se deve fazer um esforço rápido para que esta situação seja resolvida. Gostaria de deixar à Câmara Municipal um alerta para um problema existente na urbanização junto à escola de Batudes, onde frequentemente a fossa enche e escorre os efluentes pela valeta. Também em Venda do Alcaide mesmo ao virar para o empedrado, ao fundo da estrada, há um esgoto que está a correr permanentemente para fora. Por baixo da ponte existem dois contentores, que servem para obras, que estão cheios de resíduos com os consequentes maus cheiros. Termina sugerindo à Câmara Municipal que tome uma posição em relação à qualidade alimentar.

Sra. Cristina Ruivo da CDU, apresenta cumprimentos. Apresenta uma Saudação relativa às Comemorações do 32º. Aniversário do 25 de Abril, 31º. Aniversário da Constituição da República Portuguesa e 1º. de Maio, que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa, propõe a admissão da Saudação tendo sido admitida por unanimidade com 24 votos a favor (14 da CDU, 6 do PS, 3 do PSD e 1 do BE).

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, saúda o facto da Saudação ter sido apresentada por uma jovem que já não viveu no tempo da ditadura. Acha que a Assembleia devia fazer referência a Timor Lorosae, pelo que propõe à CDU a inclusão na Saudação.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, refere que a bancada do PSD irá votar favoravelmente a Saudação porque concordam com a maioria dos tópicos referidos e acham pertinente a inclusão de Timor Lorosae. Em relação aos povos das ex-colónias diz que é pena que só recentemente a maior parte deles tenham começado a ter o convívio a democracia, e que em Angola ela ainda não seja uma realidade. Quando todas as nossas ex-colónias, hoje países independentes, forem livres teremos mais motivos para nos congratular. Termina aproveitando para relembrar todos os heróis do 25 de Abril, a começar por Salgueiro Maia passando por Otelo Saraiva de Carvalho, e todos os capitães, e pelos marinheiros da fragata que estavam no rio Tejo e que evitaram disparos para o Terreiro do Paço, e ainda todos os que durante o período de implantação da democracia lutaram por ela.

Sr. Luis Miguel Calha da CDU, apresenta cumprimentos aos presentes. Diz que a bancada da CDU se congratula pelo consenso que se verificou em relação a esta Saudação e que aceitam a proposta feita pelo Sr. Dr. Miranda Lemos em relação à inclusão da referência a Timor Leste.

Sr. Faustino Santos do PS, apresenta cumprimentos aos presentes. Diz que está solidário com todos mas, este ano, não vai passar o 25 de Abril em Portugal porque vai para a Madeira.

Sr. Presidente da Mesa, coloca a Moção à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 24 votos a favor (14 da CDU, 6 do PS, 3 do PSD e 1 do BE).

Sra. Dra. Maria Celeste Oliveira do PSD, apresenta cumprimentos aos presentes. Diz que lhe fizeram chegar algumas pequenas reclamações relativamente ao horário de funcionamento da Biblioteca Municipal de Pinhal Novo, nos períodos que coincidem com as festas. Não se compreende que a Biblioteca tenha encerrado na quinta feira a partir do almoço e só reabra amanhã, terça-feira. Percebe-se que as pessoas precisem do fim-de-semana, entende-se que na sexta feira deveria estar fechada mas que, entre todos os funcionários, tentassem que no sábado e hoje estivesse aberta, porque há pessoas que só neste período é que podem deslocar-se à biblioteca para consultar documentos e deste modo não foi possível.

Sra. Carla Monteiro da CDU, apresenta cumprimentos aos presentes. Apresenta Moção ao 30º. Aniversário da Constituição da República Portuguesa, que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa, propõe a admissão da Moção tendo sido admitida por unanimidade com 24 votos a favor (14 da CDU, 6 do PS, 3 do PSD e 1 do BE).

Sr. Carlos Vitorino do PSD, pede esclarecimento em relação à palavra *solitário* ou *solidário*.

Sr. Presidente da Mesa, diz que é solidário.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, diz que a Moção está bem elaborada dando-nos uma panorâmica dos direitos conseguidos e consignados na Constituição da República, pena que alguns sejam hoje postos em causa por quem nunca esperaria, e estava tentado a, genericamente, aprovar a Moção. Diz que sabe muitas história da Assembleia Constituinte que estão escritas na História e sabe o que alguns deputados da altura passaram. No que respeita às deliberações tem uma dúvida em relação a "…condenar as tentativas de subordinar a Constituição a normativos europeus …" e em aprova-la por motivos de questões legais. Existe uma grande discussão em torno do artigo oitavo da Constituição e da inserção de normas de direito estrangeiro no direito português. Estarmos a aprovar algo que vai contra as directivas comunitárias não vai levar a lado nenhum, até porque se Portugal não integrar as directivas na legislação, mais tarde ou mais cedo o Tribunal de Justiça das Comunidades obrigar-nos-á a integrar. É em relação a este parágrafo que a bancada do PSD tem mais dúvidas e pondera a abstenção.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que não se pode esquecer o que os partidos do poder têm feito para branquear a Constituição. Não sabe se todos os presentes leram a proposta de

Constituição Europeia, mas o que se pretende em Portugal é ir branqueando para que não hajam direitos na Constituição, ou seja uma página em branco que dê para tudo. Este documento não dava direito à Educação, não dava direito ao Trabalho mas dizia que as pessoas tinham direito a trabalhar. Na nossa Constituição tem-se apagado a Saúde progressivamente gratuita. Termina perguntando quem não conhece pessoas que por falta de dinheiro morrem,e quem não conhece crianças que por falta de dinheiro não prosseguem os seus estudos.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, inicia a sua intervenção recordando momentos vividos no 25 de Abril de 1974. Quanto à intervenção do Sr. Guinote diz que não enjeita as responsabilidades do Partido Socialista em relação às matérias que o mesmo referiu. Tem feito o melhor que pode e o melhor de si mesmo, empenhado os melhores homens e as melhores mulheres na resolução de todos esses problemas. Se nos reportarmos ao antes do 25 de Abril a diferença é abissal. Além de vivermos orgulhosamente sós, encristados e isolados, havia uma elite que governava o país e só eles é que se perpetuavam, e pouca gente ascendia. Hoje em dia há o grave problema do desemprego da juventude, dos mais velhos que perdem o seu emprego mas também se tenta adaptar ao mundo cruel, ao mundo global onde os grandes grupos económicos empurram a política, por vezes, para campos difíceis. O mundo do trabalho e a regulamentação do trabalho tem-se ressentido dessa luta, e o Partido Socialista e os partidos que têm estado no poder têm tentado gerir este problema da melhor forma possível. Reconhece a existência de grandes assimetrias na nossa sociedade, este não é o melhor dos mundos mas temos que fazer, todos os dias, um pouco de esforço para que seja um bocadinho melhor dos mundos. Termina dizendo que a bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente a Moção, salvaguardando a referência feita pelo PSD, se a CDU retirar o parágrafo.

Sr. Joaquim Caçoete da CDU, diz que o ponto referido não é generalista pelo que retirar este parágrafo tiraria sentido à Moção. Estão abertos a alterar os termos de português mas a retirá-lo não.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, diz que numa tentativa de conciliação pensa que o ponto ficaria melhor, e seria muito mais motivador, para aquilo que pretendemos se tivesse uma redacção diferente. Em vez de "… condenar as tentativas de subordinar …" propõe que se substitua por "… lutar e defender que os normativos europeus não venham reduzir os direitos, liberdades e garantias do povo português consagrados na Constituição da República Portuguesa."

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, apresenta cumprimentos aos presentes. Nesta tentativa de criar consensos, e com o devido respeito pelos esforços feitos por ambas as bancadas, propõe a seguinte redacção: "… pugnar para que os direitos, liberdades e garantias do povo português consignados na Constituição não sejam postos em causa pelos normativos europeus."

Sr. Presidente da Mesa, rectificada que foi a Moção coloca à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 24 votos a favor (14 da CDU, 6 do PS, 3 do PSD e 1 do BE).

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, apresenta cumprimentos aos presentes. Vem colocar dois problemas que detectou em Aires, local onde vive. Um prende-se com o equipamento infantil designado pelas crianças como "Jardim das Pedrinhas". A porta não tem função de porta, uma vez se vêem muitos cães a fazer as necessidades nesse espaço que deveria ser só para crianças. Gostaria, pois, de deixar este alerta para, se possível, serem colocadas as portas na entrada. A outra questão prende-se com o loteamento da TDE junto ao Intermarché. Constata que existem ali cerca de seis habitações ocupadas, o loteamento não está terminado, os acessos não estão terminados, há edifícios devolutos com janelas partidas e abandonados, pelo que gostaria de saber se a obra já foi recepcionada pela Câmara Municipal, qual o ponto da situação e se as habitações têm licença de habitação.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se quer responder às questões colocadas directamente à Câmara.

Sra. Presidente da Câmara, em relação às questões directamente colocadas à Câmara tem a dizer o seguinte:

- ao Sr. António Cardoso, o canil municipal está nos objectivos e está a ser trabalhado em conjunto com a Câmara Municipal de Setúbal mas por razões orçamentais, quer duma autarquia quer de outra, ainda não foi possível avançar. Em relação ao problema dos cães em Pinhal Novo, o que estava aqui em causa era a pessoa cumprir, ou não, com as notificações de que tem sido alvo. Mesmo havendo um canil municipal onde colocar os cães, se a pessoa não abrir a porta, a Câmara não os podia tirar. Em relação às outras questões colocadas sobre o mesmo assunto não tem resposta. Em relação ao logradouro tomaram nota.
- ao Sr. Carlos Guinote, tomou nota das questões da fossa, saída de esgoto e contentor. Em relação à questão da segurança alimentar não sendo uma área de competência da Câmara no sentido da fiscalização, tem vindo a ser uma preocupação em matéria de sensibilização. Têm sido desenvolvidas algumas campanhas, em parceria com outras instituições, nomeadamente acções directas com as escolas do Concelho, com as IPSS em parceria com o Centro de Saúde numa tentativa de sensibilizar a comunidade para hábitos mais saudáveis.
- à Sra. Dra. Celeste Oliveira, trata-se de uma situação que se viveu neste último fim de semana por causa das festas. Recorda que as bibliotecas, a nível do país, estão fechadas à segunda feira. Os funcionários estão a trabalhar no interior da biblioteca, mas estão fechadas ao público. O encerramento nos outros dias é uma situação algo delicada, que nosso Concelho se tem colocado desde que a biblioteca existe e desde que tem sido prática a tolerância de ponto na quinta feira de Páscoa. É um problema delicado que está a ser ponderado relativamente ao futuro.
- ao Sr. Engº. Fernando Nascimento, tomou nota da preocupação em relação ao jardim em Aires. Quanto ao loteamento da TDE pensa não haver licenças de habitação emitidas, mas já terá tido a sua recepção provisória.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa,** dá início ao período da Ordem do Dia.

1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Sra. Presidente da Câmara faz a leitura da Introdução ao Relatório da Actividade Municipal.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar. Não havendo questões passou-se de imediato ao ponto dois da Ordem de Trabalhos.

2 – Prestação de Contas 2005

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se a Sra. Presidente da Câmara quer intervir.

Sra. Presidente da Câmara, diz que gostaria de sublinhar algumas conclusões do documento e que se prendem com a proposta distribuída. A Prestação de Contas deste exercício diz respeito ao ano de 2005, que foi o último ano do mandato passado, tendo sido atingidos os objectivos que foram traçados para o ano mas também para o mandato. Alguns eixos fundamentais da actuação e que assentavam nos objectivos de:

- dotar o Município com equipamentos e infra-estruturas necessários às actuais exigências e necessidades dos munícipes e também aos indicadores de qualidade de vida;
- desenvolver uma gestão municipal rigorosa e eficaz assente na qualificação e na formação dos trabalhadores, na reorganização e modernização dos serviços e no recurso a novas tecnologias;
- apostar na participação das pessoas e na criação de condições de apelo a que os cidadãos se envolvam na gestão pública e no trabalho de parceria com a Câmara Municipal e com todas as instituições do Concelho;
- desenvolver e incentivar todas as acções que visaram a criação de condições para um crescimento económico em áreas diversificadas;
- desenvolver uma atitude de para além de assumir as responsabilidades procurar reivindicar junto da administração central todas as matérias que são importantes e fundamentais para o desenvolvimento do Concelho, apresentando propostas e soluções concretas e sérias.

No ano de 2005 os níveis de concretização atingidos foram muito próximos dos níveis atingidos em anos anteriores, e contribuíram decisivamente para elevar o nível de vida e os indicadores da qualidade de vida no Concelho. Na área da Educação foram investidos mais de cinco milhões de euros, entrou em funcionamento uma nova escola em Aires, e foram feitas obras de grande significado – obras de beneficiação, ampliação e conservação – em várias escolas.

Iniciaram-se intervenções muito importantes em outras duas escolas. Na Rede Viária foram investidos cerca de dois vírgula oito milhões de euros e foram beneficiadas muitas localidades. No Saneamento Básico foram investidos cerca de dois milhões de euros no reforço e na construção de novas redes de drenagem de águas residuais e esgotos domésticos e foram beneficiadas zonas onde existiam fortíssimos constrangimentos técnicos e que exigiam intervenções muito complexas, tais como as que aconteceram em Cabanas, Bº. Margaça e Quinta das Flores. Gostaria ainda de referir uma área que, apesar de não vir referida de forma muito visível no Relatório, a Câmara dispende muitos recursos financeiros. Foram concretizados vários investimentos da responsabilidade da Simarsul, e por esta via têm vindo a ser concretizados alguns dos objectivos que foram enunciados para o mandato. Pela importância que assumiram, refere a abertura ao público do Mercado Municipal de Palmela e da Biblioteca Municipal de Palmela. A taxa de execução global das Grandes Opções do Plano foi de setenta e oito vírgula sete por cento e significou um conjunto de pagamentos no valor de vinte e cinco vírgula três milhões de euros de um total de trinta e dois vírgula um milhões de euros previstos. Em relação ao Orçamento, e falando da Receita foram arrecadados quarenta e dois milhões de euros duma previsão de quarenta e seis vírgula sete milhões a que corresponde uma taxa de execução de oitenta e nove vírgula nove por cento. Dos valores que inicialmente se previam, não se concretizaram cerca de quatro vírgula sete milhões de euros e que ficou a dever-se à não concretização de alienação de património, mas também à não realização da compensação integral dos valores perdidos na Sisa e que tinha sido previsto como compensação às autarquias. Houve ainda uma diminuição da receita provocada por uma menor concretização dos valores atribuídos aos impostos directos e indirectos. Em relação ao ano de 2004 a receita cobrada diminui em onze por cento e contribuíram para esta descida uma redução de catorze vírgula três por cento no IMT e uma redução de seis vírgula oito por cento da derrama. Os impostos já abolidos, e que têm a ver com contribuições atrasadas. sofreram também uma redução em relação ao ano anterior. As transferência do Orçamento de Estado significam vinte vírgula três por cento do total da receita. Em relação à Despesa foram pagas despesas no valor de quarenta seis vírgula seis milhões de euros e comprometidos estavam no final do ano quarenta e oito vírgula cinco milhões de euros. A taxa de execução dos pagamentos foi de oitenta e cinco vírgula cinco por cento. Do total dos pagamentos efectuados cinquenta e quatro vírgula três por cento são imputados directamente às grandes opções do plano e quarenta e cinco vírgula sete por cento destinam-se ao pagamento de despesas de pessoal e despesas que não estão directamente imputadas às GOP. Relativamente ao ano de 2004, a Despesa cresceu um vírgula dois por cento. Do ponto de vista dos limites à contracção de despesas de impostos às autarquias foram cumpridos tanto do ponto de vista de equilíbrio orçamental como também do ponto de vista das despesas com pessoal. Em relação a este último aspecto os valores foram inferiores aos limites estipulados, tendo-se situado nos trinta e oito vírgula nove por cento sendo o limite de setenta e cinco por cento. Do ponto de vista da relação entre as Despesas Correntes e as Receitas Correntes é de referir que as despesas correntes foram totalmente financiadas através das receitas correntes e permitiram ainda uma poupança de três vírgula cinco milhões de euros. Termina dizendo que em traços gerais são estes os termos da nossa Prestação de Contas relativa ao ano 2005, colocando-se à disposição da Assembleia para todas as questões que entenderem.

Sr. António José Santos do PS, apresenta cumprimentos aos presentes. Viu com alguma atenção o documento da Prestação de Contas e apesar da descrição feita pela Sra. Presidente tem algumas preocupações. Estas preocupações existem porque este documento tem como base o Orçamento. Se a memória não lhe falha, aquando da aprovação do Orçamento, foi dito pela Sra. Presidente que iria haver cortes nas horas extraordinárias aquando da aprovação do Orçamento. O que se constata é que o valor que real é sempre maior que o orçamentado. Temos o valor de trezentos e trinta e cinco mil seiscentos e noventa e cinco euros a mais do que foi orçamentado. Os subsídios de turno têm a ver com situações que estão previamente definidas e que se podem planear para o ano seguinte, mas também aí, entre o que estava orçamentado e o real, houve uma diferença para mais de trinta e sete mil euros. Há ainda outras situações, nomeadamente nos trabalhos especializados em que entre o valor orçamentado e o valor real temos uma diferença de oitocentos e sessenta e cinco mil seiscentos e oitenta e dois euros. Não querendo questionar a política da Câmara em relação às publicações, não se pode deixar de referir que se gastaram duzentos e oitenta e seis mil duzentos e trinta euros achando que poderá haver alguma contenção. Refere que chega a receber em casa dois ou três exemplares das mesmas publicações o que é de evitar. Na rubrica dos Outros Serviços, existe uma diferença de trezentos e quinze mil e setecentos euros entre o orçamentado e o real. Nos Subsídios a diferença é para mais de quatrocentos e quarenta mil euros. Há ainda um outra rubrica que é o de aluguer de edifícios que se continua a gastar quinhentos e cinquenta três mil quatrocentos e doze euros, talvez que com este valor se pudesse fazer outra coisa que não alugar edifícios. De referir também as diferenças existentes na rubrica dos Transportes. Tudo isto somado dá-nos a importância de desvios para mais de dois milhões trezentos e quatro mil cento e oitenta e nove euros. Considerando que existem valores que têm a sua justificação, como é o caso dos combustíveis, perante um cenário que é de rigor e tendo em conta a análise dos documentos verifica-se uma falta de planeamento e rigor orçamental. Sabe-se que um orçamento é um documento previsional, mas com tendência a ser melhorado em cada ano que passa. Termina dizendo que neste momento não é aceitável que ao fim destes anos existam estes desvios.

Sr. Carlos Guinote do BE, fazendo referência à sua recente participação como membro da Assembleia, diz que vai ouvindo e recolhendo dados para num futuro ter condições para avaliar o trabalho da Câmara Municipal. Entretanto uma vez que é contactado por munícipes que sabem que na Assembleia Municipal se podem tomar posições, gostaria de falar de algumas questões. A estrada de Venda do Alcaide está em péssimo estado, recebe remendos de vez em quando, e, recentemente, foram construídas três rotundas na praceta ao fundo da estrada. Esta situação é criticada pelas pessoas que acham que o dinheiro que se gastou nesta obras daria para o arranjo da estrada. Acha que não ficaria mal a Câmara ser pioneira e reconhecer o mau estado da estrada colocando placas sinalizadoras. Apesar da Sra. Presidente já ter referido que os dirigentes da Palmela Desporto ganham como um funcionário público, não ficou esclarecido. Deste modo solicita informação do valor do vencimento e se têm outros proventos para além do vencimento. Gostaria também que a Câmara fornecesse um relatório semestral dos trabalhadores que entram da Câmara e quais as razões.

Sra. Dra. Celeste Oliveira do PSD, ausenta-se da sala.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, em relação à Prestação de Contas 2005 diz que encalhou na introdução onde se diz que "… os compromissos reflectem a capacidade de trabalho …" porque teve dúvidas. Continuando "… na área da Cultura é de particular importância a inauguração da Biblioteca Municipal de Palmela." O que o levou a questionar-se que capacidade de trabalho é esta quando a Biblioteca Municipal já foi inaugurada três vezes. A primeira vez que aconteceu, inscreveu-se no próprio dia e foi o leitor nº. 12, depois foi inaugurada no Cinema e actualmente neste local. Relativamente às Operações de Tesouraria, vem referido PCP – Eleitos, o que discorda e tem sérias reservas quanto à legalidade desta rubrica, ou seja quanto à legalidade de ser a Câmara Municipal a substituir-se ao eleitos no pagamento de eventuais verbas relativas a representações ou eleições para cargos políticos. Quanto às modificações às Grandes Opções do Plano, pergunta se resultou de poupança ou de transferência para outras acções ou por cortes no Orçamento. Entende estas modificações como cortes no Orçamento porque é disso que se trata quando se tem um sinal negativo. Relembra que a Educação tem menos cento e trinta mil euros associado a menos cento e quarenta e nove mil, ou seja menos seiscentos mil euros nas Grandes Opções do Plano que se prendem com a Escola/Jardim de Infância de Aires e Ampliação/Remodelação da Escola Básica 1 de Pinhal Novo. Na página seguinte também tem menos cento e quinze mil euros referente à Ampliação/Beneficiação da Escola Básica/Jardim Infância de Cajados. Tudo isto mostra um certo desinvestimento na Educação, mas não é por isso que deixa de ser negativo porque a inauguração da Escola de Aires é um ex-libris para a população e dignifica todos. Ainda nas modificações das Grandes Opções do Plano verifica que para os Deficientes foram retirados vinte mil euros. O Centro Histórico tem menos trinta e sete mil. As modificações também são negativas em relação aos Planos de Pormenor. Os Sistemas de Drenagem e Infra-estruturas também baixam, com excepção do Bairro Mesquita em Pinhal Novo. Existe um grande aumento para as Comemorações do 25 de Abril. A Gestão de Equipamentos sobe para mais de cem por cento para um valor quatrocentos e quarenta e dois mil euros. A rubrica Outras Actividades Turísticas sobe a mil por cento, deste modo pergunta que outras actividades são estas. Na situação de Contratos, pergunta que trabalhos a mais são estes que não estavam cabimentados, num total de quinhentos e setenta e cinco mil centos e seis euros. Nas Transferências Correntes de Despesa, refere o Pinhalnovense com cento e trinta e um euros trezentos e noventa e oito e Junta de Freguesia de Palmela cem euros quatrocentos e quarenta e quatro noventa e três, pergunta a que se deve este valor se é de Protocolos ou falta deles. Refere ainda dados que existem no Orçamento relativos à população do Concelho que não estão correctos. São ainda referidos mil e cinquenta e cinco trabalhadores, pelo que pergunta se neste valor estão incluídos avençados ou outro tipo de contrato. Em relação à Eficácia, a taxa de execução da Receita é de oitenta e nove vírgula nove por cento o que é óptimo e a taxa de execução da Despesa que teve uma ligeira diminuição, a taxa de execução de Investimento cresceu ligeiramente e a de execução das Grandes Opções em setenta e oito vírgula sete. Gostaria de saber quanto é que vale a ligeira diminuição. Em relação à Produtividade diz que ficou satisfeito, porque a Câmara se enganou uma vez que não é superior ao ano de 2002 como vem referido. No Relatório de Gestão vê que programas e projectos relacionados com Saúde, têm execuções de vinte e três trinta e oito, trinta e nove noventa e três, trinta e oito sessenta e dois, cinquenta e nove quarenta e oito e oitenta sete vírgula cinquenta e dois. Porquê estas baixas

taxas de execução na ordem dos vinte e trinta por cento. Na Segurança Social, à excepção de um projecto, as taxas também são fracas. Por fim realça um valor que é uma execução de zero por cento para Outras Actividades Cívicas e Religiosas.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, diz que gostaria de tentar tornar ainda mais clara a Prestação de Contas 2005. Pensa que não vale muito a pena entrar por justificações muito processuais e muito contabilísticas que dão sempre para tudo, e em que o deve se torna sempre igual ao haver. Em relação ao Orçamento pensa que a realidade é bastante clara. A autarquia dispôs para gerir no ano 2005 de um montante global de cinquenta milhões de euros. Uma parte muito pequena, doze milhões, serviu para criar riqueza, para investir e transformar o Concelho e a vida dos nossos concidadãos para melhor. A outra parte destinou-se a manter o existente, a estrutura, os recursos humanos, os combustíveis, os subsídios, os leasing e as publicações. É preciso que fique claro que o Executivo da Câmara Municipal tem que fazer um esforço muito grande para que os despesismos sejam evitados e para que haja mais racionalização. Tem que estar consciente que há pouquíssimo investimento no futuro, que as opções que são feitas politicamente não são consistentes, têm pouca continuidade, são dispersas e que há uma falta de planeamento significativa relativamente aquilo que se pretende para o Concelho. Todos nós conhecemos, dando o exemplo do País, o drama a que isto tudo conduz. Considera que este Concelho não está a aproveitar a existência da Autoeuropa e de outras empresas que um dia mais tarde hão-de desaparecer. Do ponto de vista do Partido Socialista este Executivo Autárquico não está a preparar o futuro, e deste modo à boa maneira portuguesa um dia "torceremos a orelha e ela não sangrará". Termina dizendo que por tudo isto o Partido Socialista vai votar contra.

Sr. Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções pergunta à Sra. Presidente se quer responder a algumas das questões.

Sra. Presidente da Câmara, diz que vai responder a algumas questões mas não a todas, até porque inúmeras delas apresentam rácios que convém clarificar uma vez que comparam o Orçamento inicial com o Orçamento final. Nessa comparação é esquecida uma realidade que é incontornável, e é assim que se faz, e que é a incorporação do saldo. O saldo foi de seis milhões e meio de euros, o que veio a alterar o conjunto de verbas que estão na primeira coluna que foi analisada e várias vezes invocada pelo Sr. Membro Fernando Nascimento. Essa comparação não ajuda muito à leitura do documento. Entre as verbas que foram consideradas a definir no início do ano e as verbas que são definidas depois, por acção normal da incorporação do saldo, é evidente que tem que haver uma alteração. Há uma questão muito importante que não quer deixar passar em claro. Deste modo irá fazer entrega à mesa de um recibo de vencimento de um eleito para que, definitivamente, o Sr. Membro da Assembleia Fernando Nascimento, até porque esta questão já foi colocada e esclarecida, fique esclarecido. Há uma Associação para quem os eleitos da CDU contribuem. Para esse efeito deram uma ordem aos serviços da Câmara Municipal para que, dos seus vencimentos, transfiram a verba X para essa Associação. Já esclareceu mais de uma vez que essa verba não é a Câmara Municipal que paga mas sim os eleitos. Se tem reservas legais deverá consultar a legislação, até porque as Finanças para efeitos do IRS contabiliza essa despesa. A questão dos Trabalhos a Mais também merece ser respondida até porque é uma

questão muito positiva para a Câmara Municipal. O somatório que o Sr. Membro Fernando Nascimento fez, significa quatro vírgula oito por cento de trabalhos a mais. Ou seja em doze milhões de euros de obras tem quinhentos e setenta e cinco mil euros quando o limite legal é vinte cinco por cento. Os mil e cinquenta e cinco trabalhadores que fala são todos trabalhadores da Câmara Municipal não existindo trabalho precário. Em relação à Palmela Desporto, diz que o Presidente da Empresa Municipal ganha o equivalente a um Director de Departamento. Os outros membros do Conselho de Administração recebem senhas de presença. Relativamente às rotundas em Venda do Alcaide diz que são da responsabilidade da REFER, algumas até são contestadas pela Câmara Municipal pela sua localização. Outra questão que pode ser de opções em geral e, seria uma opção a tomar, até a Câmara Municipal teria uma situação muito confortável para recorrer ao crédito para adquirir edifícios em vez de pagar rendas, não fora as restrições que existem ao endividamento municipal. A legislação não nos permite isso e obriga-nos a gastar dinheiro em rendas. Ao contrário de algumas opiniões que aqui surgiram a gestão/opções têm alguma coerência. Ficou claro no início de mandato que assumimos algumas prioridades, a Educação, as Infra-Estruturas de Rede Viária e Saneamento e a Qualificação dos Serviços. Pode-se verificar que as verbas que a Câmara Municipal dispendeu foram, prioritariamente, com todas as alterações que aconteceram ao longo do ano, para estas áreas mantendo as opções estratégicas anunciadas aos cidadãos. Em relação à Biblioteca diz que houve uma primeira biblioteca inaugurada em finais dos anos oitenta e que resultou de obras de adaptação de parte deste edifício, e é natural que tenha havido inauguração uma vez que se tratou de uma obra com alguma relevância. No Cine S.João não se recorda de alguma inauguração uma vez que se tratou de criar condições para o funcionamento provisório do serviço enquanto aconteciam as obras. O edifício onde nos encontramos hoje foi realmente inaugurado uma vez que se trata de uma verdadeira biblioteca e o investimento aqui feito assim o justificou. Não compreende por isso a alusão aos convites, assegurando que no seu mandato foi convidado para inaugurar esta Biblioteca. Finalmente e em relação à intervenção do Sr. Membro Carlos Martins, e independentemente de muitas vezes se tentar confundir aquilo que é um determinado valor do Orçamento Municipal afecto às Despesas Correntes, gostaria de clarificar que as mesmas dizem respeito a coisas tais como Transportes Escolares, Projectos Educativos de Aprender a Nadar, Fantasiarte e outros, refeições escolares, desporto escolar, transferências para as Juntas de Freguesia, certas despesas com sistemas de tratamento de esgotos, Amarsul, vários projectos de desporto e cultura, informática, seguros de viaturas ou seja tudo aquilo que diz respeito ao funcionamento da comunidade. Ou seja, é a prestação de serviços que a Câmara faz à comunidade. Ao contrário do que foi dito pode demonstrar que, ao longo dos anos, numa Câmara que tem crescido tem-se conseguido diminuir algumas verbas. A questão das horas extraordinárias, num quadro em que o efectivo humano da Câmara aumenta significativamente as horas extraordinárias mantiveram o objectivo que se propuseram no início de mandato e que foi ir diminuindo gradualmente. Relativamente ao ano de 2005, quando comparado com o ano de 2004, tendo aumento o efectivo humano, as horas extraordinárias diminuíram em 9%. Em 2002 a Câmara Municipal tinha 945 trabalhadores, em 2003 tinha 1000, em 2004 tinha 1009 e 2005 tinha 1055. No domínio da Educação passou-se de 74 funcionários em 2004 para 86 funcionários em 2005. É uma realidade a ter em consideração, e em sua opinião isto é gestão.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, não se deslocou ao micro não tendo sido possível gravar a intervenção.

Sr. Presidente da Mesa, refere que a intervenção do Sr. Dr. Miranda Lemos não vai ficar registada em acta uma vez que a fez da bancada.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, em primeiro lugar quando questionam a questão da Biblioteca é uma questão política, uma questão de fundo, é como questionam a questão do Mercado do Pinhal Novo. É uma questão de responsabilidade política que vem de trás, mas como é sempre com a mesma força política, é óbvio que se repercute no dia a dia. Outra questão, e acha que não tem ver com legalidade, é em relação aos descontos para a Associação dos Eleitos se não seria mais correcto em vez de ser a Câmara a fazer o desconto a ser o eleito a fazê-lo directamente. A última questão tem a ver com o adiantado do hora e aqui a sua crítica não vai para a Câmara mas sim para a Assembleia. Não para a Assembleia no que respeita aos trabalhos de hoje, mas sim para a existência de Comissões onde parte destas dúvidas poderiam e deveriam ter sido trabalhadas. Em sua opinião, ao discutir-se documentos deste tipo as Comissões deveriam reunir com a presença da Câmara, de técnicos e as questões resolviam-se mais rapidamente do que aqui em plenário onde muitas vezes o tempo e mais para a intervenção política de fundo.

Sr. Presidente da Mesa, diz que está de acordo em relação a este último ponto.

Sra. Presidente da Câmara, diz que gostaria de esclarecer o Sr. Dr. Miranda Lemos que não disse que o aumento das Despesas Correntes resultou dos aumentos para as Juntas de Freguesia. Limitou-se a dar exemplo de verbas que são tratadas no "bolo" identificado pelo Sr. Membro Carlos Martins. Em relação à questão da AECOD, diz que, tal como os Recursos Humanos da Câmara Municipal fazem a transferência de centenas de funcionários da respectiva quota sindical e transferência para os Serviços Sociais também faz a transferência de cinco eleitos para a respectiva associação. Não há acréscimo de coisa nenhuma e pensa ter ficado tudo esclarecido. Em relação às opções de poupança e gestão da Câmara Municipal, gostava de salientar que neste espírito de tentar ainda assim contrariar algumas despesas, em 2005 houve despesas correntes que diminuíram, nomeadamente, comunicações que reduziram dez vírgula quatro por cento em relação ao ano anterior, electricidade que reduziu treze por cento, o aumento dos gastos com combustível foi de dez por cento quando o aumento de preços registado tinha sido quinze por cento, numa frota que continua a crescer por força das necessidades. Todos estes indicadores provam a tentativa de reduzir nas despesas que podem ser reduzidas. Finalmente gostava de tornar a referir que o que interessa como rácio global, relativamente às Despesas com Pessoal, é trinta e oito vírgula nove por cento quando o rácio legal tem o máximo de setenta e cinco por cento.

Sr. Presidente da Mesa, em relação à intervenção do Sr. Carlos Vitorino concorda que este tipo de discussão seria muito mais interessante a nível de Comissão que existe para esta

área. A verdade é que a maioria das reuniões realizadas são suscitadas pela Câmara Municipal, e nunca é a Comissão que diz que gostava de discutir o assunto com a Câmara.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 14 votos a favor da CDU, 6 votos contra do PS, 3 abstenções (2 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

Sra. Dra. Celeste Oliveira do PSD, retoma participação nos trabalhos.

3 – Parque Municipal de Estacionamento de Veículos Pesados de Vale do Alecrim – Alteração do Regulamento e da Tabela de Taxas do Município.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta quem quer intervir neste ponto.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, diz que este é um assunto que nos vai levar a reflectir muitas vezes sobre certas medidas que vamos tomando, estes documentos e regulamentos não têm que ser feitos ad eternum, acompanhando a experiência na prática têm que sofrer algumas alterações e algumas melhorias para irem ao encontro das necessidades. Se na aprovação do primeiro Regulamento já não se sentiu completamente confortável, por uma referência que vinha no preâmbulo relativamente à audição da Junta de Freguesia que não aconteceu por via da emissão de um parecer. Também com esta proposta de alteração gostava que ficasse claro que não tiveram oportunidade de trocar ideias e debater com a Câmara Municipal, e não é que não o tivéssem solicitado ao Sr. Vereador, algumas preocupações que têm, e informar das opiniões de munícipes e camionistas que lhes vão chegando. Gostaria ainda de dizer que se o objectivo central é a retirada do estacionamento de pesados do interior da Vila, esta ideia da gratuitidade será mais uma tentativa mas, possivelmente, o problema não ficará debelado e resolvido. Considera positivo a permissão de estacionamento de veículos ligeiros afectos ao transporte dos camionistas dentro do parque, que foi uma das questões logo de início colocadas e que já poderia ter merecido acolhimento por parte da Câmara Municipal há mais tempo. Quanto à eliminação da taxa tem algumas reservas porque tal pressupõe a eliminação dos pontos 1 e 4 do artº. 9º. Em matéria de segurança vai funcionar como argumento para que alguns dos senhores camionistas teimem em não estacionar os seus veículos no lugar criado para o efeito. Também não é explicito no Regulamento que a Câmara Municipal não vai assegurar a vigilância, pelo que pergunta se o parque vai ficar completamente abandonado, não haverá um controlo/fiscalização de usos indevidos no parque? Sendo justa a intenção da Câmara Municipal em reduzir uma despesa pesadíssima com a aquisição de serviços para a segurança e vigilância do parque, acha que deveriam também ser equacionadas outras hipóteses tais como a vigilância em alguns períodos do dia através do recurso a trabalhadores municipais. Há também um conjunto de pequenas melhorias a serem feitas no parque mas que sem a permanência de alguém no local, será difícil de garantir. Foi-lhe referido por camionistas de longo curso a necessidade de um WC , a possibilidade de abastecimento de água em pequenos depósitos, que é indispensável à higiene

pessoal. Estes aspectos poderiam ser incentivadores da utilização do parque com uma taxa que poderia ser simbólica. Apesar de considerar que não foi feito ainda tudo para que este processo venha a consolidar-se, que também passa pela educação cívica destes cidadãos que são desrespeitadores do outro, pensa que no futuro poderá haver algumas melhorias. Por tudo isto quer deixar uma nota à Câmara Municipal para que fizesse uma maior pressão sobre as forças de segurança para que procedessem à verificação e fiscalização destas situações. É necessário continuar a fazer acções de sensibilização, esperando que esta medida que a Assembleia vai tomar de ratificar esta proposta seja o caminho para tornar não tanto o parque mais utilizado, mas sobretudo a Vila de Pinhal Novo mais liberta do estacionamento indevido de pesados que continua a provocar enormes estragos nos espaços públicos. Termina dizendo que vamos todos acreditar que vai valer a pena e que a gratuitidade possa ser um incentivo à utilização do parque, esperando que esta matéria possa continuar a ser trabalhada no futuro recolhendo contributos dos diversos sectores.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, diz que pensa podermos estar perante uma medida de grande alcance e interesse manifesto para a população de Pinhal Novo. A ideia era positiva mas uma vez mais foi mal pensada, e mal trabalhada, tal como o Sr. Presidente da Junta referiu alguns aspectos. A força política que apoia o executivo sabe bem do que está a falar, porque todas as alterações que implicam modificações, inovações da ideia das pessoas e das comunidades precisam de discussão, motivação, criação de consensos, ouvindo os comentários dos diferentes interesses em presença. A elaboração de um projecto de regulamento deste tipo deveria constituir uma força motivadora e conforme se diz no preâmbulo, e ao que parece não executado, foram ouvidas a Junta de Freguesia e os serviços da Câmara Municipal que pensa ser muito pouco. Pergunta se não existem representantes dos empresários, dos trabalhadores que operam nos veículos? Se estes não foram ouvidos como é que esta iniciativa poderá ter êxito, pelo que temem o pior. Será mais um Regulamento destinado ao incumprimento que a aplicação de coimas, bloqueamentos e remoção de veículos não resolverá. De qualquer modo pensa que o executivo deve continuar a trabalhar o problema e não dar o assunto por encerrado.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, refere que parte do que queria dizer sobre o assunto já foi dito pelos seus antecessores. Recorda a anterior discussão havida na sessão realizada no Cine Teatro São João, aquando da votação do Regulamento inicial, em que foi referido que as taxas seriam muito elevadas. E o tempo veio a provar isso, uma vez que o parque praticamente não era utilizado continuando a haver o estacionamento indevido de pesados na Vila de Pinhal Novo. Neste momento verifica-se a proposta da retirada da taxa mas também se retira a vigilância. É sua opinião que esta questão não deve ser dada por encerrada e deve continuar a ser discutida. Pensa que não é por esta alteração que deixará de haver estacionamento abusivo, uma vez que as forças policiais não actuam. Termina dizendo que não sabe se valerá a pena alterar esta situação para se continuar na mesma.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se quer intervir.

Sra. Presidente da Câmara, diz que ouviu com atenção todas as intervenções e nada mais tem a acrescentar.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 14 votos a favor da CDU, e 10 abstenções (6 do PS, 3 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

4 – Carta Educativa do Concelho de Palmela

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se quer intervir.

Sra. Presidente da Câmara, diz que houve uma reunião preparatória em que foram convidados os membros da Assembleia Municipal pelo que pensa já ter respondido às questões.

Sra. Dra. Celeste Oliveira do PSD, não sabe se a documentação que lhe foi enviada já continha as alterações ou se era o modelo que esteve em discussão, porque lhe faltam alguns documentos. Há um mapa que está referenciado mas que não consta na Carta Educativa, mas não há problema por isso. Leu atentamente a Carta Educativa, lamenta não ter podido estar nessa reunião preparatória, e tendo o máximo respeito pelos documentos enviados, nos quais a Carta se baseou, não pode deixar de salientar alguns aspectos, uns pela positiva e outros pela negativa. Começando pelos positivos, que são os mais agradáveis, ficou particularmente contente ao verificar que nesta Carta Educativa está prevista a construção de vários Jardins de Infância. Pensa que vão ser uma mais valia para o aumento da taxa de natalidade neste Concelho, que contrariamente aquilo que se pensa diminuiu, e ao mesmo tempo possibilitar às famílias o acesso ao ensino para todos sem ter que pagar contas bastante altas nos privados e sem ter que se preocupar em arranjar amas que muitas vezes não têm qualificações, nem experiência, mas que sempre são mais baratas. Ainda em relação aos Jardins de Infância, acha que não chegarão para todas as necessidades, mas apesar de tudo já será uma grande ajuda, espera que venham a ter horários alargados e não o horário tradicional dado que estes são difíceis de conciliar com os horários de quem trabalha. Se esses horários não forem alargados o que vai acontecer é o recurso a ATL's privados com preços altíssimos. Analisou os territórios educativos propostos e não consegue perceber a separação de Aires de Palmela, ou seja Aires ser um território e Palmela ser outro território. Da mesma maneira não percebe a criação de dois territórios, um para Pinhal Novo e outro para a Venda Alcaide, devido à tão proximidade que Aires está de Palmela e Venda do Alcaide do Pinhal Novo. Pensa que é lapso o núcleo educativo de Lagoa da Palha constar de dois territórios, na página vinte e quatro pertence ao Pinhal Novo e na página trinta e três e trinta e quatro passa a pertencer a Venda do Alcaide. Verificou que com a criação destes territórios existe a proposta de quatro estabelecimentos escolares EB2/3 e o completo esvaziamento do terceiro ciclo das escolas secundárias. A nível do ensino o que se fala neste momento é a criação de escolas secundárias deste o sétimo ao décimo segundo ano, este último

obrigatório, porque isso irá minimizar o desemprego nos mais novos. De todas estas propostas EB 2/3 concorda plenamente com a de Marateca/Poceirão porque é um território que fica afastado de Palmela e de Pinhal Novo, tem uma população muito dispersa, no entanto gostaria de deixar um alerta. Se quisermos que esta escola seja um sucesso temos que pensar urgentemente na criação de estruturas ou projectos (culturais e desportivas), a desenvolver na zona, que permitam aos alunos após o seu período escolar estarem ocupados, senão vamos continuar a assistir à fuga destes alunos para as escolas da vizinhança onde podem usufruir destas estruturas. Não concorda com a criação das outras escolas porque não fazem sentido. Consultou dados na Escola Secundária de Pinhal Novo, dos últimos cinco anos, e verificou que em dois mil e cinco/dois mil e seis esta escola tem o menor número de alunos dos últimos cinco anos, tem menos quatro turmas do secundário e menos uma turma de básico que em dois mil e um/dois mil e dois. Na Secundária de Palmela passa-se a mesma coisa, há um decréscimo. Pensa haver alguns equívocos porque o aumento da construção não é sinónimo de aumento da taxa de natalidade. Contrariamente ao que se afirma não há rotura nem sequer preenchimento dos espaços físicos existentes na sua totalidade. Se não fossem os cursos de educação/formação que as escolas estão a desenvolver havia muitos professores no desemprego e há grupos profissionais em risco porque não há alunos. Há um outro pequeno pormenor que acha foi esquecido, a carga horária dos alunos diminuiu e há três anos a esta parte estamos perante uma reorganização curricular do ensino básico e uma reorganização curricular do ensino secundário. No próximo ano lectivo dois mil e seis/dois mil e sete o décimo segundo ano passa a ter menos duas disciplinas, como cada uma tinha uma média de 6 horas são doze horas a menos por turma o que vai libertar espaço nas salas de aula. Refere um parágrafo na Carta Educativa que a deixou muito mal e que tem a ver com a referência às escolas que têm ensino básico e secundário. Não percebe as referências feitas pois, quer a Secundária de Pinhal Novo, quer a de Palmela, a nível pedagógico foram consideradas pela DREL das melhores escolas quer da margem sul quer do país. A nível da qualidade de instalações, a de Palmela é nova e tem óptimas instalações, a de Pinhal Novo é boa. Ambas pecam por não ter um pavilhão gimnodesportivo que só não está em protocolo porque, de acordo com informações que lhe forneceram, o Sr. Secretário de Estado, do actual Governo não assinou. Estas são lacunas graves porque quando chove, ou faz frio, não pode haver aulas de educação física. Por outro lado as escolas secundárias são apontadas pelo insucesso e abandono escolar dos alunos. De acordo com dados que dispõe, dos alunos que concluíram o nono ano nas escolas secundárias todos passam para o ensino secundário. Sabemos todos para onde vão, uns vão para a escola profissional ou outros vão para o décimo ano. A mesma dúvida já a coloca em relação às EB 2/3, porque no ano passado quando chegaram à Secundária os processos da EB 2/3 José Maria dos Santos constatou-se pelo número de matriculados e pelo número de processos enviados que a maior parte dos alunos não se tinha matriculado. É mais fácil controlar os alunos numa secundária onde fazem um percurso do sétimo ao décimo segundo ano e onde este abandono não se verifica. As faltas de sucesso escolar são preocupantes a nível nacional, e não são exclusivas deste Concelho, e devem-se a várias razões que são do conhecimento da DREL. Os programas são muito bem feitos e são muito interessantes mas não servem os interesses de todos os alunos porque temos alunos que se adaptam muito bem mas outros desmotivam rapidamente. Outro problema é o facilitismo excessivo até ao nono ano de escolaridade, porque há apoio para tudo e os alunos só reprovam

em final de ciclo. Até ao nono ano dá-se tudo no décimo ano tira-se tudo, a palavra de ordem é que não é escolaridade obrigatória. Outra exigência enorme são os exames nacionais a que os alunos são sujeitos. É também urgente um assistente social na escola. Não há falta de psicólogos, porque eles estão nas escolas secundárias e dão apoio aos alunos desde o primeiro ciclo. Outro problema grande é o número excessivo de alunos por turma, porque quanto maiores são as turmas maior é o insucesso. Outro problema é também a componente tecnológica nas escolas. Apesar de haver alunos que querem seguir a área, as turmas não abrem porque tem que haver investimento por parte da DREL e não há dinheiro. Outro problema muito grande são os estágios, porque a maior parte das empresas recusa receber os estagiários e quando os recebe não paga os transportes se os alunos tiverem que se deslocar, ficando esse encargo para os encarregados de educação. Deste modo é um encargo acrescido para as famílias, que muitas vezes não o podem suportar, e assim os alunos estão impedidos de frequentar os estágios. Há muito tempo que as escolas lutam para que o IEFP faça um levantamento das necessidades, e que em protocolo com as escolas lhes dê oportunidade de fazerem a formação geral e específica assumindo o IEFP a formação e os estágios. Em relação às escolas profissionais pensa que se poderia optar pelo mesmo sistema. Termina com uma última preocupação que se prende com o abandono escolar. Quando os alunos faltam muito há uma comunicação à Comissão de Protecção de Menores, porque há casos em que precisam ser retirados às famílias. Faz falta pensar numa estrutura em que possam ser recolhidos e apoiados até o processo terminar.

Sra. Dra. Carla Oliveira do PS, apresenta cumprimentos aos presentes. Diz que vem falar da Carta Educativa para o Concelho de Palmela. Julga ser importante referir que é licenciada num curso de ensino, sendo professora no ensino superior e formadora no IEFP. Aproveita para informar a sua antecessora que os alunos que saem do ensino secundário, e vão para o IEFP, recebem uma bolsa no valor de cinquenta euros e que os formadores que dão aulas no IEFP são licenciados em cursos de ensino e têm a mesma formação que os colegas que estão nas escolas, não têm é as mesmas condições contratuais. Está claro no DL nº. 7/2003, de 15 de Janeiro, que a Carta Educativa é um instrumento de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino. É muito comum que sempre que se fale de educação e ensino se pense apenas nos jovens em idade escolar e no ensino tradicional, desde o pré-escolar ao ensino superior passando pelo 1º., 2º. e 3º. ciclos e secundário. Neste âmbito a Carta Educativa apresentada pelo Conselho Municipal de Educação de Palmela está bastante completa no que se refere às medidas a adoptar e sua justificação, alínea a) ponto 2 artº. 18º. do DL nº. 7/2003. No entanto este ponto do artº. 18º. tem mais duas alíneas: quanto à alínea b) que se refere ao plano de execução e à calendarização da concretização das medidas apresentadas, esta Carta Educativa não apresenta praticamente nenhuma informação; quanto à alínea c) que se refere ao plano de financiamento e estimativa de custos, apenas foca as estimativas de custos relativas às propostas para o ensino pré-escolar, básico e secundário, não fazendo referência ao plano de financiamento. No entanto no que se refere aos ensinos profissionalizantes, ensino de adultos e estratégias para aumentar a escolaridade do Concelho esta carta educativa está muito pobre. Realmente são identificados os problemas e referidas as necessidades, mas não são apresentadas propostas de resolução de problemas. Sugere uma maior articulação com o IEFP, pelo que pôde observar das tabelas mostradas na caracterização do Concelho não existem muitas ofertas formativas em cooperação

com o IEFP e tendo em conta que este tipo de ofertas têm normalmente uma influência positiva nas populações quer ao nível da resolução de problemas sociais graves, quer ao nível do flagelo que afecta tão gravemente o nosso distrito, o desemprego. É em sua opinião uma área em que se deve apostar. Ainda para mais tendo em conta que este tipo de acções de formação na grande maioria dos casos não necessita de grande investimento em infra-estruturas por parte da autarquia, uma vez que grande parte destas decorrem em instalações alugadas a particulares ou mesmo em edifícios que podem ter outras funções e ser usados em simultâneo para a formação por exemplo de associações ou grupos desportivos e de apoio à 3ª. Idade. É do seu conhecimento uma acção de reconhecimento de competências que decorreu nas instalações da Adega Cooperativa de Palmela. Considera, portanto, importante que este tipo de proposta seja incluída na Carta Educativa que agora é apresentada. Assim, apesar de ser intenção da bancada do Partido Socialista votar favoravelmente esta carta educativa, uma vez que é melhor ter esta que não ter nenhuma, fazem-no na esperança que este seja um documento dinâmico e que venha a sofrer alguns melhoramentos.

Sr. Carlos Guinote do BE, gostava de entrar numa particularidade da Carta, por via de alguma experiência que teve no ramo, e que diz respeito à escola profissional na sua vertente agrícola. Acha muito bem que venha a existir uma escola profissional, mas é preciso que aconteça uma ligação para o ensino universitário. Espera que o curso agrícola seja um curso integrado, ligado às actividades do Concelho, às cooperativas e associações e que se afirme e demonstre que Palmela não é só vinicultura. O Concelho tem outras potencialidades que já foram estudadas, pelo que propõe que a Câmara desenvolva um fórum para que, em conjunto com os concelhos vizinhos, seja estudado um desenvolvimento sustentável de modo a não ficarmos dependentes de produtos do exterior. Pede desculpa por ir fugir um pouco ao tema, mas a nossa agricultura tem que ser protegida e como vamos ter a co-incineração brevemente, acha que a Câmara de Palmela deve ter uma intervenção muito forte. O que o Governo diz não é a verdade, porque o que sai das chaminés da cimenteira vai prejudicar a nossa agricultura.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, refere que a bancada do PS acha que o documento em discussão é uma boa Carta Escolar mas uma má Carta Educativa, é a Carta Educativa possível. Gostaria que ficasse bem expresso que as Cartas Educativas só existem porque há co-financiamento do estado que é decorrente da lei. Refere a página quarenta e sete do documento e diz que a Câmara Municipal não leu bem a lei. Termina dizendo que vão votar esta Carta Educativa esperando que o documento possa vir a ser melhorado.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, apesar do adiantado da hora gostaria de tecer duas ou três considerações. É uma pena que muitos de nós não tenhamos podido participar em todos os momentos de discussão e reflexão sobre esta matéria. Certamente todos nós teríamos interiorizado melhor o que se pretende com este documento e o que é efectivamente uma Carta Educativa. Poder-se-á dizer, grosso modo, que é um plano de ordenamento do território para a educação. Não só em matéria de infra-estruturas educativas mas dando também algumas linhas orientadoras do que se considera fundamental para a formação e qualificação profissional, mas também a formação de cidadãos livres e bem preparados para escolhas desta importância que

um documento desta Natureza pode ter para a formação dos cidadãos em todas as suas componentes. É importante recordar que estamos perante um documento que projecta um conjunto de propostas de construção de infra-estruturas, mas também de linhas e investimentos para um horizonte que pode ir até dois mil e onze. Diz que teve o privilégio de ser redactor do parecer que o Conselho Municipal de Educação submete à apreciação e não foi fácil reduzir todas as ideais e algumas dúvidas num documento que se pretendia o mais sintético possível e que não fosse mais um anexo volumoso da Carta Educativa que é composto por vários volumes. Por um lado gostaria de corrigir alguns aspectos de algumas intervenções anteriores, que foram feitas de uma forma sincera e apaixonada de quem vive as questões da educação no dia a dia, porque há questões que será essencial clarificar. O nosso Concelho, ao contrário de outros, tem uma taxa de natalidade superior e muito mais activa, e a freguesia de Pinhal Novo em particular. Esses dados existem nos Censos 2001 e a preocupação de todos os conselheiros foi que esses números não pecam por excesso mas já estão desactualizados, A previsão da construção de novos estabelecimentos de ensino para os segundo e terceiro ciclos são perfeitamente realistas e bem sustentados pelos números existentes. Por outro lado é de realçar e aplaudir o facto de no parecer ter sido deixado em aberto a possibilidade deste documento ser submetido a uma monitorização e actualização permanente. De facto o tecido social é dinâmico, há transformações muito rápidas que podem acontecer de um ano para o outro e este documento terá de acompanhar algumas das alterações que venham a acontecer no nosso território. A preocupação foi sobretudo não só diagnosticar como aqui foi dito mas também projectar algumas necessidades e deixar implícitas preocupações com a diversificação no ensino secundário, por isso se fala no ensino técnico profissional e noutras, sem que isso tenha que ser concorrencial mas co-correr. Quando se fala aqui no decréscimo do número de alunos há várias formas de analisar o problema. Se calhar faltou dizer que há uma taxa grande de abandono escolar que é cada vez mais preocupante à medida que os alunos transitam do oitavo para o nono ano. Há de facto cada vez menos alunos no secundário, não estando em causa a qualidade das nossas escolas secundárias e dos nossos estabelecimentos de ensino, até porque isso nunca foi referido em nenhum dos momentos da discussão. Temos que ter em consideração que há sobretudo uma oferta que é pouco diversificada e insuficiente, e que leva alguns dos alunos que entendem prosseguir os estudos, não na via geral, acabam por fazer escolhas noutros estabelecimentos de ensino dos concelhos vizinhos. Mesmo as ofertas que venhamos a defender no âmbito do técnico-profissional tem que ser equacionado a nível da península de Setúbal, porque não faz sentido cada freguesia ter a sua escola profissional. Estamos longe de considerar que é um documento perfeito, não diria que é o documento possível mas é o documento que em certos aspectos já é bastante arrojada. Com a abertura para a permanente actualização, e monitorização, vamos todos ter a oportunidade de actualizar alguns aspectos que possam ficar mais distantes do que se pretende na realidade. Chama a atenção para o facto de o parecer não poder dar conta de todas as especificidades, porque estamos em presença de um documento por si só arrojado, que vai ter que merecer o compromisso por parte da DREL, tendo sido recolhidos contributos de vários sectores do ensino, de associações de pais, de algumas pessoas ligadas ao sector empresarial. Termina dizendo que é um desafio que vai continuar vivo nos próximos anos e está entusiasmado pela possibilidade da Carta em definitivo clarificar quais são as principais necessidades para os próximos anos.

Sr. Presidente da Mesa, não tendo mais nenhuma inscrição pergunta à Sra. Presidente da Câmara se quer fazer alguma intervenção.

Sra. Presidente da Câmara, diz ter alguma pena que esta discussão não tivesse acontecido nas várias reuniões que se realizaram sobre o tema. Houve a preocupação que essas reuniões se tivessem realizado antes da reunião de Câmara, inclusive a reunião com a Assembleia Municipal, justamente para haver discussão e recolha de contributos que pudessem ser considerados na proposta. Recorda ainda a realização de várias reuniões formais do Conselho Local de Educação, e informais, realizadas de forma aberta, com a população. Dessas reuniões foram recebidos vários contributos e pena é que os contributos dos membros da Assembleia não tenham podido chegar por essa via. Com todo o respeito pelas questões levantadas, e partilhando até muitas das preocupações que aqui foram colocadas, pouco têm a ver com a Carta Educativa. Têm muito que ver com a lei de bases do sistema educativo, e dá como exemplo a questão dos horários que são horários estabelecidos para o ensino público e a Carta Educativa nada pode fazer. Concretamente à Carta Educativa gostaria de dizer que o Município de Palmela foi um dos primeiros do país a iniciar este processo, tendo sido reconhecido pelo Ministério da Educação, e só não é dos primeiros a chegar a uma conclusão porque é um processo muito moroso. Levou cinco anos de trabalho entre o momento em que se iniciou o processo e o dia de hoje, com muitas alterações às orientações do Ministério de Educação relativamente aquilo que deveria ser a orientação da Carta. Refere que a questão que foi colocada em relação ao terceiro ciclo com secundário, ou sem secundário, é uma opção desta Carta mas validada pelo Ministério da Educação e que foi objecto de muita discussão a nível do Conselho Municipal de Educação. Esperemos que haja alguma estabilidade na política educativa de forma a conseguirmos ter a carta educativa aprovada, porque muita da insatisfação que existe nas nossas escolas, e que os professores em particular exprimem, decorre de uma enorme instabilidade e de uma sucessiva vaga de alterações e transformações que nunca se chegam a sistematizar. Independentemente de podermos concordar ou discordar do diagnóstico que é feito em alguns pontos da Carta, há um diagnóstico sobre o qual convergimos. Há efectivamente problemas de repetência e abandono escolar no Concelho que têm que ser ponderados, uma vez que existem números que são altamente assustadores. Foram alvo de reflexão, e de muita preocupação, da equipa e de todos os que participaram na discussão e elaboração do documento. Reitera a informação de que, ao contrário do País, a população do Concelho está a rejuvenescer. É um processo lento pouco notado no último censo, mas que vai evoluindo. Em relação ao número de escolas, diz que com o aumento de crianças a frequentar as escolas é necessário prever o futuro e ainda mais se se conseguir contrariar o abandono escolar. A questão dos territórios educativos também foi objecto de discussão em reunião de Câmara e a opção, que é definida por lei, tem a ver com a articulação do número de alunos em cada zona mas também, e muito, dos percursos escolares que eles fazem. Para além disso há uma perspectiva política relativamente ao desenvolvimento de determinadas zonas por isso é perfeitamente natural falar de territórios educativos em Aires e Venda do Alcaide. Em relação à calendarização e ao financiamento, diz que a calendarização aparece num dos documentos que compõem a Carta Educativa não em termos de prazos nas sim de fases. Não é proposto um plano de financiamento em concreto porque o essencial da Carta vai acontecer daqui para a frente porque o presente momento é de partida. O Ministério da Educação

através da DREL validou com a Câmara a estratégia de fundo deste documento e os objectivos estratégicos da Carta estão definidos nos módulos iniciais. Validada a estratégia entendeu-se que a Carta continha um ponto muito importante que é inovador em relação a este tipo de projectos. Com a Carta Educativa temos para o Concelho de Palmela aquilo que se pode chamar o primeiro plano estratégico de segunda geração, porque o de primeira geração foi o PDM. Não há experiência deste tipo de processo que estamos a propor para a Carta que é o de monitorização constante e de avaliação e validação do desenvolvimento da Carta. Achamos que as questões do financiamento deveriam ser planeadas a partir do momento em que Câmara Municipal, Ministério da Educação e demais instituições com competência estabelecessem prioridades. Termina dizendo que a Carta Educativa é um documento estratégico e orientador do futuro, pelo que concerteza haverá outras ocasiões para discutir a Carta Educativa e algumas das opções concretas que irão ser tomadas.

Sr. Presidente da Mesa, diz que chegados ao fim desta maratona é sua opinião que, de futuro, terá que ser revista a forma de funcionamento desta Assembleia a exemplo do que acontece em outras Assembleias. Não é bom para ninguém terminar-se as sessões a esta hora. Terá que haver um esforço por parte de todos quanto às intervenções que são feitas. Caso contrário haverá necessidade de se estabelecerem regras para que a reunião possa continuar noutro dia.

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria com 21 votos a favor (14 da CDU, 5 do PS e 1 do BE) e 3 abstenções do PSD. Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 02,10 horas do dia 18 de Abril de 2006, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 18 de Abril de 2006